

As dinâmicas institucionais das políticas de internacionalização da educação superior sob a lógica neoliberal: o caso da Universidade Federal do Ceará

Gussi, Alcides Fernando ¹

Garcia, Márcia Monalisa de Moraes Sousa ²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral apresentar como a Universidade Federal do Ceará (UFC) aderiu institucionalmente ao Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), ao Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) e ao Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se), formulados pelo governo federal entre 2011 e 2022. Por meio de um paradigma hermenêutico de análise de políticas públicas e com base na noção de coerência institucional, desenvolvidos por Lejano (2012), realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho descritivo, cujo levantamento de dados utilizou pesquisas bibliográfica e documental. Como resultado, mostra-se como o neoliberalismo vai conformando gradativamente a Universidade, pretendendo sujeitá-la às normas do mercado, alertando-se, contudo, para a necessidade de se buscar caminhos alternativos de internacionalização, sustentados em bases solidárias e não exploratórias, que fortaleçam a educação superior como um bem público e um direito de todos.

Palavras-chave: educação superior; políticas públicas; neoliberalismo; internacionalização.

The institutional dynamics of higher education internationalization policies under neoliberal logic: the case of the Federal University of Ceará

ABSTRACT

This article aims to present how the Federal University of Ceará (UFC) institutionally embraced the Science Without Borders Program (CsF), the Institutional Internationalization Program (PrInt), and the Universities and Innovative Institutes Program (Future-se), formulated by the federal government between 2011 and 2022. Using a hermeneutic paradigm for the analysis of

¹ Universidade Federal do Ceará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa da Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, ambos da Universidade Federal do Ceará. Email: alcidesfernandogussi@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7306722117822350>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5510-5286>.

² Universidade Federal do Ceará. Doutoranda em Educação e Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará. Email: marciamonalisa@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6302850954500210>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5799-733X>.

public policies and based on the notion of institutional coherence, as developed by Lejano (2012), we conducted a qualitative, descriptive research employing bibliographic and documentary research methods. As a result, it is shown how neoliberalism is gradually shaping the University, intending to subject it to market norms, alerting, however, to the need to seek alternative paths of internationalization, supported on solidary and non-exploitative bases, which strengthen higher education as a public good and a right for all.

Keywords: higher education; public policies; neoliberalism; internationalization.

La dinámica institucional de las políticas de internacionalización de la educación superior bajo la lógica neoliberal: el caso de la Universidad Federal de Ceará

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar cómo la Universidad Federal de Ceará (UFC) se adhirió institucionalmente al Programa Ciencia sin Fronteras (CsF), al Programa Institucional de Internacionalización (PrInt) y al Programa Universidades e Institutos Emprendedores e Inovadores (Future-se), formulados por el gobierno federal entre 2011 y 2022. A través de un paradigma hermenéutico para el análisis de políticas públicas y basándose en la noción de coherencia institucional, desarrollada por Lejano (2012), realizamos una investigación cualitativa y descriptiva utilizando métodos de investigación bibliográfica y documental. Como resultado, se muestra cómo el neoliberalismo está configurando paulatinamente la Universidad, pretendiendo someterla a las normas del mercado, al tiempo que alerta sobre la necesidad de buscar caminos alternativos de internacionalización, sustentados sobre bases solidarias y no explotadoras, que fortalezcan la educación superior como un bien público y un derecho para todos.

Palabras clave: educación superior; políticas públicas; neoliberalismo; internacionalización.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, com o advento da globalização econômica, a educação superior assumiu um novo desafio: internacionalizar-se. Desde então, a internacionalização da educação superior tornou-se, nos termos de



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

Hudzik (2011), um imperativo institucional, e não apenas uma possibilidade desejável.

Nesse sentido, as políticas de internacionalização da educação superior passaram a ser orientadas principalmente por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), que desde 1998 tem reafirmado, em seus manifestos, a educação superior como um bem público e um direito de todos, fundamentando a internacionalização em princípios de solidariedade e apoio mútuo entre as instituições (UNESCO, 1998).

Em um sentido contrário, a Organização Mundial do Comércio (OMC), desde 1995, incluiu a educação superior no rol de serviços, compreendendo a educação superior como uma mercadoria, com vistas a eliminar barreiras ao comércio na área educacional (WORLD TRADE ORGANIZATION, 1998). O Banco Mundial (BM), por sua vez, ao reorientar o papel do Estado nos países periféricos, consolidou, a partir de 1990, um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação superior.

No documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado pelo Banco Mundial (1994, p. 4), foram apresentadas quatro orientações para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe:

- Fomentar la mayor diversificación de las instituciones, incluido el desarrollo de las instituciones privadas;
- Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes em los gastos y la estrecha vinculación entre ele financiamiento fiscal y los resultados;
- Redefinir la función del Gobierno em la enseñanza superior;
- Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad e equidade.

No âmbito nacional, nos últimos anos, o Estado brasileiro formulou alguns programas a fim de impulsionar a internacionalização das universidades. Destacam-se neste estudo: o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011 no Governo Dilma Rousseff (2011-2016); o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), criado no governo de Michel Temer

(2016-2018) em 2017; e o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se), proposto pelo governo Bolsonaro (2019-2022) em 2020.

Considerando que as universidades são o lugar onde essas políticas de internacionalização são postas em prática, argumenta-se, aqui, a necessidade de se compreender como ocorre a adesão institucional a essas políticas e quais as ações desenvolvidas nas instituições de ensino superior (IES) através de programas específicos de promoção da internacionalização (PAVARINA et al, 2021), uma vez que essas políticas podem ser entendidas tanto como colaboração solidária, como propõe a UNESCO; como serviço educacional, como propõe a OMC; ou orientadas à iniciativa privada, como propõe o BM.

Assim, partindo do pressuposto de que a internacionalização se constitui em um campo de tensões, suscetível a sofrer transformação de sentidos ao ser colocada em prática nas universidades, este artigo tem como objetivo geral apresentar como a Universidade Federal do Ceará (UFC)³ aderiu institucionalmente às políticas de internacionalização formuladas pelo Estado brasileiro entre 2011 e 2022. Para tanto, como objetivos específicos, propõe-se: a) contextualizar a educação superior no contexto das reformas neoliberais a partir de 1990; b) analisar os programas de internacionalização formulados pelo governo federal, articulando-os aos seus contextos políticos-institucionais; e c) mostrar como o neoliberalismo vai conformando gradativamente a dinâmica institucional da UFC por meio das políticas de internacionalização.

Fundamentado epistemologicamente no paradigma hermenêutico de análise de políticas públicas, desenvolvido por Lejano (2012), que entende que não se pode analisar uma política (texto) alijada de seu contexto, este estudo busca compreender como essas políticas de internacionalização formuladas na

³ O *locus* institucional deste estudo é a Universidade Federal do Ceará (UFC), uma universidade pública federal, criada por meio da Lei nº 2.373, em 16 de dezembro de 1954, cujo processo de internacionalização tornou-se mais intencional e abrangente, nos termos de De Wit (2003), a partir da implementação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que, segundo Garcia (2020), induziu a institucionalização da política de internacionalização da Universidade. Mesmo após o fim do Programa CsF em 2016, o processo de internacionalização da UFC continuou em desenvolvimento, ajustando-se para se adequar a outros dois programas de internacionalização formulados pelo governo federal: o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), criado em 2018, e o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se), proposto em 2020, sendo necessário compreender como esses programas se re(configuraram) em nível local, nesse caso, na UFC.

esfera federal foram incorporadas na Universidade, admitindo uma “coerência institucional”, nos termos de Lejano (2012)⁴.

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho descritivo, cujo levantamento de dados utilizou os seguintes procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, os quais viabilizaram construir uma fundamentação teórica sobre o tema, bem como compreender o contexto político-institucional em que esses programas se desenvolveram na Universidade.

Além da introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em quatro partes: a primeira mostra detalhadamente as bases teórico-metodológicas da pesquisa; a segunda apresenta a influência das reformas neoliberais na educação superior a partir de 1990; a terceira faz uma análise dos principais programas propostos pelo governo federal a fim de promover a internacionalização das universidades brasileiras, mostrando como a UFC foi se modificando para aderir a essas políticas; a quarta seção faz uma síntese analítica dos três programas de internacionalização, mostrando como o neoliberalismo vai se apropriando dessas políticas e conformando a Universidade.

Bases teórico-metodológicas da pesquisa

Este estudo fundamenta-se no paradigma hermenêutico de análise de políticas públicas, desenvolvido por Lejano (2012), que entende que uma política (texto) está sujeita a variadas interpretações. Desse modo, políticas públicas elaboradas na esfera federal, como é o caso do Programa CsF, do PrInt e do Future-se, são postas em prática em distintas instituições de ensino superior, as quais são formadas por histórias, culturas e relações próprias.

⁴ Trata-se de análises derivadas de minha dissertação, defendida no âmbito do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas em que avaliei o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e seus desdobramentos para o processo de internacionalização da UFC, universidade onde trabalho como servidora técnico-administrativa. Os resultados da pesquisa foram além dos objetivos propostos, possibilitando compreender como essa Universidade foi se modificando para implementar as políticas de internacionalização em diferentes contextos nacionais e institucionais.

Lejano (2012, p. 193) afirma que a separação entre texto e contexto é problemática, explicando que

a política é como um texto construído por autoridades, pessoas dotadas de poder e tomadores de decisão. Esse texto político, que pode literalmente ser um texto, como um novo estatuto, é moldado em algum *locus* de decisão e então importado para diferentes situações e implementado. Neste processo lógico, o texto é criado distanciando do contexto de sua aplicação.

Desse modo, na perspectiva de Lejano (2012, p. 230), para analisar uma política pública, é necessário “considerar o contexto no qual a política vai tomar forma, e analisar as maneiras pelas quais a nova política já se adequa e os elementos necessários a essa adequação”.

Com base nas proposições de Lejano (2012), este estudo propõe localizar as políticas de internacionalização da educação superior no *locus* institucional da UFC, buscando mostrar como essas políticas “se encaixaram” na Universidade.

A noção de “encaixe institucional”, denominada também de “coerência institucional”, é utilizada por Lejano (2012, p. 227) para descrever “o nível a que uma iniciativa política pode ser ou foi incorporada nos modos das coisas em um determinado lugar”, isto é, como ela se conecta com padrões existentes de governança, estruturas sociais e a própria comunidade.

Sobre a noção de coerência, Lejano (2012) alerta que mesmo que uma política não seja coerente, é possível que a sociedade ao redor acabe se ajustando a ela e se adequa ao que está ao redor, à nova instituição⁵.

Para compreender a coerência institucional dessas políticas na UFC, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho descritivo, utilizando como instrumentos de coleta de dados pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos, revistas, notícias, dentre outros, que contribuiu para compreender a conjuntura político-econômica de formulação das políticas; pesquisa em documentos produzidos tanto pelo governo federal, quanto pela UFC, que contribuíram na compreensão da dinâmica institucional da UFC. O quadro 1 mostra os documentos analisados:

⁵ Lejano (2012, p. 229) entende instituição como “ideias que os grupos no poder ou as partes interessadas sustentam, mantêm e promovem”.

Quadro 1: Documentos analisados

Programas de Internacionalização	Documentos produzidos pelo governo federal	Documentos produzidos pela UFC
Programa CsF	- Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011, que cria o Programa Ciência sem Fronteiras; - Portaria Interministerial nº 01, de 09 de janeiro de 2013, que define as áreas prioritárias do programa; - Painel de Controle do Programa CsF; - Acordo de Adesão ao CsF; - Página Institucional do Programa CsF.	- Anuário Estatístico 2018; - Página institucional da UFC.
PrInt	- Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2018, cria institui o Programa Programa Uma Ponte para o Futuro, do PMDB; - Página da CAPES.	- Projeto Institucional do PrInt; - Página institucional da UFC.
Future-se	- Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020, que institui o Future-se - Página do MEC.	- Provimento nº01/CONSUNI, de 07 de fevereiro de 2020; - Página institucional da UFC.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A análise dos documentos foi fundamental para a construção deste estudo, pois eles expressam e materializam classificações e discursos em torno da política de internacionalização em diferentes contextos políticos, revelando distintas agendas de gestão e possibilitando uma compreensão das transformações na política de internacionalização.

As reformas neoliberais na educação superior brasileira a partir de 1990



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

A partir da década de 1990, a introdução da agenda neoliberal no Brasil afetou significativamente as universidades públicas brasileiras. Um dos marcos desse período foi a Reforma do Estado, realizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) em 1995, que implementou mecanismos de controle e avaliação de qualidade, pautados no conceito de eficiência, eficácia e produtividade dos serviços educacionais, resultando no sucateamento da universidade pública e no rápido crescimento de instituições privadas de ensino. (SILVEIRA, 2015).

Segundo a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), durante o governo Fernando Henrique (1995-2022), o Ministério da Educação e do Desporto foi ocupado pelo economista Paulo Renato de Souza, ex-reitor da UNICAMP que fora dirigente do Banco Mundial e, por conseguinte, trazia em sua pasta o documento *La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia* (BM, 1994), citado anteriormente e considerado referência para o governo promover a reforma do ensino superior no Brasil (ANDIFES, 2013).

Nesse governo, as 54 instituições federais de ensino superior existentes nesse período, perderam 24% dos recursos para custeio (pessoal, água, luz telefone e materiais diversos) e 77% de recursos para investimento em salas de aulas, laboratórios, computadores e acervo bibliográfico, apesar do número de alunos ter aumentado. (BRASIL, 2006). Além disso, dados do INEP mostram que no governo FHC foram criadas apenas 6 universidades públicas e 21 privadas (INEP, 2003).

Contudo, entre 2003 e 2016, nos governos Lula e Dilma, segundo Speller, Robl e Meneghel (2012), houve uma ampliação das políticas públicas na área da educação superior, sendo implementados vários programas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); a criação da lei das cotas, criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), que garante bolsas de estudo, integrais e parciais em instituições particulares de educação superior; ampliação do Financiamento Estudantil (FIES); estímulo à modalidade de ensino à distância, além da criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

As políticas educacionais implementadas nesse período contribuíram significativamente para a expansão do ensino superior público. Além disso, nos governos petistas, foram criadas 18 novas universidades federais, 173 campus universitários e 422 escolas técnicas, fazendo com que o número de matrículas

crecesse de 3,9 milhões em 2003 para 7,3 milhões em 2013 – o equivalente a 86% (BRASIL, 2014)⁶.

Segundo dados do Censo Nacional da Educação Superior do INEP, em 2002, o número de alunos matriculados nas universidades públicas teve um aumento de 89%. Por outro lado, o número de matrículas nas instituições de ensino superior privadas teve um salto de 149%, como demonstra a tabela 1:

Tabela 1: Comparativo de matrículas em cursos de graduação (2002 e 2016)

Categoria Administrativa	Ano 2002	Ano 2016
	Total Geral	Total Geral
Brasil	3.479.913	8.048.701
Pública	1.051.655	1.990.078
Federal	531.634	1.249.324
Estadual	415.569	623.446
Municipal	104.452	117.308
Privada	2.428.258	6.058.623

Fonte: INEP (2003; 2017).

Na perspectiva de Barbosa e Neves (2020), a maior qualificação de profissionais passou a ser considerada um fator essencial de competitividade econômica entre os países. Além disso, a produção de novos conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação tornou-se um desafio permanente às IES. Essas demandas, articuladas aos desafios de financiamento da educação superior, fazem como que as políticas de internacionalização da educação sejam prioritariamente voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, bem como à inserção do Brasil no cenário internacional, como se verá na terceira seção.

⁶ Apesar da expansão do ensino superior público, há críticas contundentes aos governos petistas, devido ao crescimento e investimento díspares no ensino privado proporcionado pela ampliação do FIES. Dados do Censo da Educação Superior apontam que, até 2016, do total de 2.407 IES do Brasil, 296 eram públicas e 2.111 eram privadas, o equivalente a 87,7% (INEP, 2017).

Dando sequência às reformas neoliberais do ensino superior, em 2017, após o *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016), nos dois anos do governo de Michel Temer⁷ (2016-2018), segundo Moreno (2018), as universidades federais sofreram uma redução de 28% no orçamento, comprometendo toda a política de expansão da rede federal de ensino superior iniciada com o Reuni em 2007, resultado da adoção de medidas ultra neoliberais. Essa descapitalização induz as universidades públicas a se aproximarem da iniciativa privada em busca de parcerias e, como contrapartida, passam a desenvolver paulatinamente um comportamento pró-mercado (COSTA; GOULART, 2018).

A partir de 2019, no Governo Bolsonaro (2019-2022), com a adoção da corrente política do neoconservadorismo, caracterizado como liberal na economia e o conservador nos costumes (CASTRO, 2018), as universidades públicas foram as que mais sofreram com os ataques, não somente ideológicos, mas sobretudo econômicos do governo, resultando no maior corte de recursos decorrente da política de ajuste fiscal, ocasionando dificuldades no pagamento de despesas básicas como bolsas, conta de luz e água, coleta de lixo e pessoal terceirizado das universidades (ANDIFES, 2022).

Além dos cortes orçamentários e perseguição às universidades públicas, a educação superior no governo Bolsonaro foi marcada por falta de diálogo com os reitores das universidades, por sucessivas mudanças na gestão do Ministério da Educação (MEC) e por denúncias de corrupção no Ministério.

Essas e outras ações em curso reforçam a educação tecnicista e o sucateamento do ensino superior público em prol do mercado e da iniciativa privada e estão em consonância com as orientações propostas pelo Banco Mundial (BM) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC), comprometendo a educação pública brasileira como um direito social e universal e, por conseguinte, repercutindo nas políticas de internacionalização das universidades, pois, nesse contexto, a internacionalização concebida como

⁷ No governo Temer, foi aprovada a Emenda Constitucional n° 95, de 2016, que limitou os gastos públicos por 20 anos. (BRASIL, 2016), além do fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e descontinuidades de programas sociais, pois, sobre as políticas públicas, o governo compreendia que “o Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p. 19).

cooperação solidária, defendida pela UNESCO (1998), pode ficar subordinada à lógica do mercado.

Sobre o enfoque econômico, Perrota (2016) elenca algumas características típicas de uma internacionalização voltada ao mercado: a educação superior é considerada uma mercadoria; é orientada ao mercado de maneira heterônoma; a agenda de investigação se orienta às agendas centrais, científicas; é assimétrica, pois prioriza relações entre o Norte e o Sul Global, não buscando reduzi-las; é regido por um critério de relações hierárquicas em que as decisões são tomadas por imposição do parceiro com maiores capacidades; viabiliza a fuga de cérebros; os currículos tendem à convergência com modelos internacionais; impõe o inglês como língua principal; a qualidade é avaliada pela produção dos professores e pesquisadores e taxas de citação de seus empregos; e, por fim, promovem um modelo universitário de “universidades de classe mundial”, “modelo global emergente”.

Assim, observa-se que as políticas de internacionalização da educação tendem a voltar-se prioritariamente para áreas como ciências exatas e tecnológicas, com a finalidade de promover a inserção do país no cenário internacional, pois este é o tipo de conhecimento que o mercado demanda, como ratifica Chauí (2001, p. 20):

A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade porque se tornaram econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação. (CHAUÍ, 2001, p. 20).

É com base nesses condicionantes que podemos compreender a tendência da internacionalização como estratégia nacional para inserção da economia dos países em desenvolvimento no cenário mundial, competitivo e globalizado. Nessa conjuntura, o governo federal tem desenvolvido políticas de internacionalização do ensino superior, como se verá na próxima seção.

As dinâmicas institucionais dos programas de internacionalização na Universidade Federal do Ceará entre 2011 e 2022



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

Nesta seção, busca-se situar as políticas de internacionalização, entendidas por Lejano (2012) como texto, em seu contexto de implementação, neste caso, a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Para tanto, apresenta-se uma descrição analítica do Programa CsF, PrInt e Future-se, articulando-os aos seus contextos político-institucionais, no intuito de compreender como a UFC aderiu institucionalmente a esses programas, construindo a noção de coerência institucional.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

O Programa CsF foi criado em 2011, por meio do Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011, durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), cujo primeiro mandato foi caracterizado por Singer (2018) como neodesenvolvimentista.

O Programa CsF teve como objetivo geral, nos termos do decreto:

propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011).

Assim, o CsF tinha como finalidade “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”. (BRASIL, 2023).

Para tanto, o Programa tinha como meta conceder 101 mil bolsas de estudo no exterior, sendo 75.000 bolsas financiadas com recursos do Governo Federal e 26.000 bolsas concedidas com recursos da iniciativa privada (BRASIL, 2023)⁸.

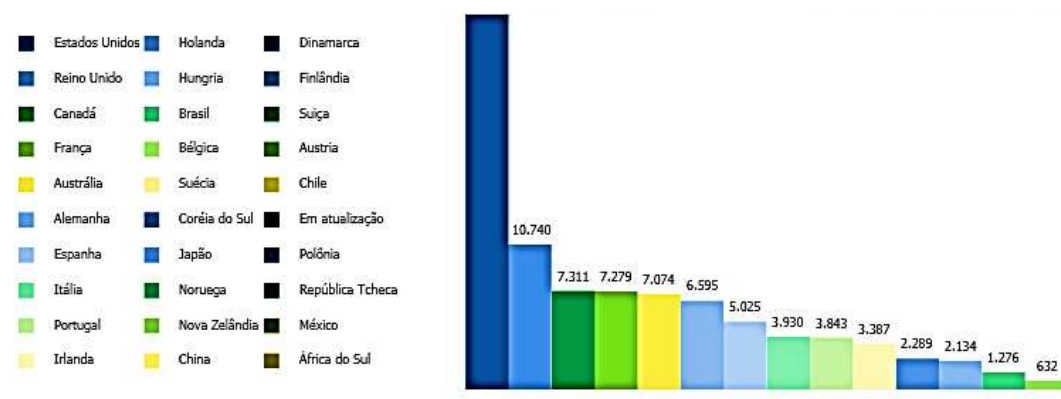
⁸ Segundo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 2017), foram investidos mais de R\$ 13 bilhões no Programa. Além das dotações orçamentárias da União, o financiamento do CsF envolvia recursos provenientes de empresas privadas como TIM, Shell, Hyundai, Posco e Natura (BRASIL, 2015).

Contudo, a concessão de bolsas de estudos era restrita a áreas consideradas prioritárias, definidas pela Portaria Interministerial nº 01, de 09 de janeiro de 2013, voltadas para as ciências exatas, engenharias e tecnológicas, que dialogam mais diretamente com a produção industrial e a economia do país⁹ (BRASIL, 2011).

A ideia era enviar estudantes para “centros de excelência” em países do Norte, como disse a então presidente durante o lançamento do Programa: “Anunciamos também as 54.200 oportunidades que temos para os próximos três anos, de estudantes que irão para os Estados Unidos, para o Reino Unido, para a França, para a Itália e para o Canadá” (BRASIL, 2011).

Cumprindo esse intuito, os Estados Unidos foram o país que mais recebeu alunos do Programa CsF, seguido por países europeus, como mostra a figura 1:

Figura 1: Distribuição de bolsas implementadas por país de destino



Fonte: Painel de Controle do Programa CsF (2019).

Para participar do Programa CsF, as universidades tinham de assinar um acordo de adesão, elaborado a partir de 2013, por meio do qual se comprometiam a:

⁹ De acordo com a CAPES, as áreas prioritárias foram definidas a partir de estudos realizados pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), pelo Ministério da Indústria e Comércio e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), após identificarem as necessidades e prioridades de treinamento de pessoal para o país (BRASIL, 2011).

Divulgar o Programa Ciência sem Fronteiras nas instituições que representam; homologar as candidaturas à bolsa graduação sanduíche no exterior, vinculadas à sua IES; acompanhar o andamento do processo de concessão de bolsas de graduação; ser o interlocutor entre a IES que representa e as agências de fomento CAPES e CNPq; ser o interlocutor entre a IES que representa e as IES no exterior que receberam seus alunos; verificar as disciplinas e estágios realizados pelos bolsistas vinculados à sua IES e a respectiva compatibilidade com as áreas e temas do Programa e realidades do curso e semestre para aproveitamento dos créditos; acompanhar os bolsistas no exterior; avaliar os relatórios dos bolsistas e egressos de sua IES (BRASIL, 2023).

No âmbito da UFC, o CsF começou a ser implementado em 2012 durante o reitorado do Prof. Jesualdo Pereira de Farias (2008 – 2015), cuja gestão foi marcada pela expansão da universidade e pela interiorização do ensino superior, ações decorrentes de políticas públicas da educação criadas pelo Governo Federal, como o Reuni (MEC, 2012).

A implementação do Programa CsF na UFC ficou sob responsabilidade da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI), unidade vinculada ao Gabinete do Reitor e responsável pelas relações internacionais da Universidade. Além disso, envolvia outras unidades como a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), responsável pelo registro da mobilidade acadêmica dos alunos, e as coordenações de cada curso, responsáveis pela homologação ou indeferimento das candidaturas (GARCIA, 2020).

A UFC foi uma das 10 universidades brasileiras que mais enviou alunos para o Programa CsF, sendo a 2º do Nordeste, ficando atrás somente da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Dados do Anuário Estatístico 2018 mostram que durante o período de implementação do Programa, entre 2012 e 2017, 3.280 alunos participaram do CsF na UFC (UFC, 2018).

Contudo, em 2015, durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, iniciou-se uma crise político-econômica que culminou com seu *impeachment* em julho de 2016. Assim, no governo do presidente Michel Temer (2016-2018), ao alegar o alto custo do programa, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) anunciou por meio de nota oficial a suspensão da concessão de bolsas a alunos da graduação

(CAPES, 2016), passando a conceder apenas 5 mil bolsas por ano a alunos da pós-graduação, resultando em uma redução significativa no número de bolsas, já que a proposta inicial era de 101 mil (G1, 2017).

Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt).

Mesmo garantindo que o Programa CsF continuaria para os alunos da pós-graduação, a CAPES lançou, em novembro de 2017, o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt), através da Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2017, com foco apenas na pós-graduação, e que tinha como objetivos, nos termos do Art. 1º:

- I - Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas;
- II - Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação;
- III - Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas, inclusive projetos de pesquisa em cooperação;
- IV - Promover a mobilidade de docentes e de discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes, do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a Programas de Pós-Graduação stricto sensu;
- V - Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional;
- VI - Integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização (BRASIL, 2017).

Com previsão de implementação de 2018 a 2022, a CAPES selecionou 36 instituições de educação superior (IES), entre as 109 que se inscreveram, para receberem recursos anuais na ordem de R\$ 300 milhões a fim de fomentar atividades de internacionalização¹⁰.

¹⁰ As atividades do PrInt envolvem: Projetos de cooperação; missões de trabalho de curta duração; bolsas no país para beneficiários relevantes às propostas de internacionalização; bolsas no exterior para docentes e discentes das IES e dos Institutos de Pesquisa brasileiros; outras ações de custeio propostas pelas instituições, além das enumeradas acima e aprovadas pela CAPES (BRASIL, 2017).

Para participar, as IES precisavam atender a alguns critérios apontados no Art. 4º da referida Portaria, tais quais: ter ao menos quatro Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* recomendados pela CAPES na Avaliação Trienal de 2013 e na Avaliação Quadrienal de 2017, entre os quais deveria haver, pelo menos, dois cursos de doutorado e possuir um Plano Institucional de Internacionalização. Além disso, as IES deveriam ter, no mínimo, nota 4 em conceitos que variam de 3 a 7 em suas avaliações do MEC.

Ao selecionar universidades e adotar critérios de produtividade acadêmica, o PrInt evidencia a lógica capitalista que permeia as políticas de educação superior, reforçando a competitividade entre as universidades, os programas de pós-graduação e os pesquisadores. Além disso, tal qual o Programa CsF, o PrInt também tinha como pressuposto o envio de brasileiros para universidades do Norte Global, além da formação de parcerias não somente com universidades estrangeiras, mas também com empresas.

A UFC foi uma das universidades brasileiras selecionadas para participar do PrInt. Apesar da redução de investimentos em internacionalização por parte do Estado brasileiro, na UFC, a intensificação do processo de internacionalização e o aumento da qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação eram prioridades na agenda do reitor Henry de Holanda Campos, que esteve na gestão da Universidade entre 2015 e 2019. (UFC, 2015).

Nessa gestão, em 2017, a Coordenadoria em Assuntos Internacionais (CAI) foi transformada em Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER), por meio da Resolução *Ad Referendum* nº 17/CONSUNI, 08 de fevereiro de 2017, ganhando maior autonomia administrativa e financeira. Nesse mesmo ano, foi criado um Comitê de Internacionalização (COMINTER), envolvendo a participação de membros internos e externos à UFC (UFC, 2017), além da elaboração do Plano Institucional de Internacionalização da UFC a fim de orientar a política de internacionalização da Universidade (UFC, 2017). Em 2019, com a finalidade de disseminar a cultura chinesa no Ceará, foi instalado na UFC o Instituto Confúcio, uma parceria entre a UFC e a Universidade de Nankai, da China, cujas tratativas iniciaram em 2016 (UFC, 2019).

Para participar do PrInt, a PROINTER e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) elaboraram o projeto institucional que foi submetido à CAPES. O projeto foi estruturado em torno de 10 programas de

pós-graduação avaliados pela CAPES como cursos de excelência internacional, sendo três deles com o conceito 7, nas áreas de Engenharia Civil/Recursos Hídricos, Física, Matemática (nota 7); e Química, Enfermagem, Engenharia Química, Engenharia de Teleinformática, Farmacologia, Geografia e Ciências Médicas (nota 6), envolvendo, predominantemente, cursos de pós-graduação das engenharias e ciências da saúde e apenas dois cursos das ciências humanas: Sociologia e Direito¹¹ (UFC, 2018).

O projeto da UFC para o PrInt foi estruturado em torno de temáticas consideradas pela instituição como de “relevo mundial, estratégicas para o desenvolvimento do País e do Estado”, a saber: i) materiais e fenômenos em nanoescala, ii) geometria e métodos não-lineares; iii) ciência de dados e sistemas complexos, iv) tecnologias sociais, v) novos produtos químicos, vi) biológicos e suas aplicações, vii) doenças infecciosas, imunoinflamatórias e crônicas degenerativas, viii) gestão e segurança hídrica frente às mudanças climáticas (UFC, 2018).

Segundo o projeto institucional, os cursos têm cooperações internacionais formalizadas por projetos de pesquisa financiados tanto por programas como CAPES-COFECUB (França), -DAAD (Alemanha), -AmSud (França), -CAFP-BA (Argentina) -FCT (Portugal), -MINCYT (Argentina), -DFATD (Canadá), -PGCI, quanto por recursos estrangeiros (Fundo Newton, Melinda-Gates, União Europeia) ou de empresas multinacionais de alta tecnologia (Ericsson, LG, Petrol, SinoChem, Bayer, entre outras) (UFC, 2018).

Em 2019, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), a CAPES anunciou mudança nas regras do programa: os cursos que obtiveram nota 3 em duas avaliações consecutivas, bem como os cursos que foram avaliados com nota 4

¹¹ Participaram do PrInt os seguintes cursos de pós-graduação: Engenharia de Teleinformática, Engenharia Química, Engenharia Civil (Recursos Hídricos) e Engenharia e Ciência de Materiais, vinculados ao Centro de Tecnologia; Ciência da Computação, Física, Matemática, Bioquímica, Química, Geografia e Ecologia e Recursos Naturais, vinculados ao Centro de Ciências; Engenharia Agrícola e Biotecnologia de Recursos Naturais, vinculados ao Centro de Ciências Agrárias; Odontologia, Ciências Farmacêuticas e Enfermagem, vinculados à Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem; Microbiologia Médica, Ciências Médicas, Farmacologia, Ciências Morfofuncionais, Ciências Médico-Cirúrgicas, vinculados à Faculdade de Medicina; Ciências Marinhas Tropicais, vinculado ao Instituto de Ciências do Mar; Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade, vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade; Direito, vinculado à Faculdade de Direito; e Sociologia, vinculado ao Centro de Humanidades.

na avaliação trienal 2013 e que caíram para nota 3 na avaliação quadrienal de 2017 tiveram parte de suas bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado congeladas para entrada de novos bolsistas (CAPES, 2019)

De acordo com a CAPES, esse novo critério foi estabelecido com “o propósito de alinhar a concessão de bolsas no país à avaliação periódica do órgão, preservando os cursos mais bem avaliados nos últimos 10 anos”. Além disso, o prazo de vigência do PrInt foi prorrogado de 4 para 5 anos, com prazo até 2023, a fim de atender às necessidades das instituições de ensino brasileiras que iniciaram a implantação do Programa em 2019 e à necessidade de adequação ao calendário das universidades do hemisfério norte, que começam suas atividades em setembro (CAPES, 2019).

Ao selecionar universidades e adotar critérios de produtividade acadêmica, o PrInt evidencia a lógica neoliberal que permeia as políticas de educação superior, reforçando a competitividade entre as universidades, os programas de pós-graduação e os pesquisadores.

Mesmo com o PrInt em processo de implementação nas universidades públicas, em 2020, o governo Bolsonaro (2019-2022) anunciou a criação do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se), que será delineado na próxima seção.

Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se)

Sob o ajuste promovido pela política do teto de gastos, durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), o Ministério da Educação (MEC) lançou, em julho de 2019, uma proposta de adesão voluntária IES denominado “Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores”, contemplando três eixos: 1) Gestão, Governança e Empreendedorismo, 2) Pesquisa e Inovação e 3) Internacionalização.

O Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020, que institui o Future-se dispõe que o Programa tem os seguintes objetivos:

- I - incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais; II - promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação,

observadas as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, e as prioridades temáticas definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; III - fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior; IV - estimular a internacionalização de universidades e institutos federais; e V - aumentar as taxas de conclusão e os índices de empregabilidade dos egressos de universidades e institutos federais (BRASIL, 2020).

De acordo com o MEC (2019), o Future-se propõe dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo, proposta alinhada às orientações do BM.

Sob uma perspectiva gerencialista, a participação das IES no Future-se ocorreria por meio da celebração de um “contrato de resultado” entre a universidade ou o instituto federal, por intermédio do MEC, com organizações sociais responsáveis por gerir os recursos repassados pela União, cujo recebimento estaria condicionado ao atingimento de metas estabelecidas por indicadores de desempenho desenvolvidos pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de forma “a contemplar incrementos de eficiência e economicidade” (BRASIL, 2020).

A proposta do programa surgiu em um contexto em que as IES enfrentavam cortes orçamentários por parte do MEC. Portanto, a ideia de “autonomia” proposta pelo Programa refere-se, conforme define Chauí (1999, p. 5), “ao gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão a universidade tem ‘autonomia’ para captar recursos de outras fontes”.

Mesmo não tendo sido implementado, o Future-se representou a perda de prioridade da educação superior por parte do Estado, resultando na emergência de um mercado universitário como alternativa, tornando a internacionalização um caminho.

Para Sguissardi (2020), o Future-se induz as instituições federais de educação superior às normas e regras do mercado, em que se sobressai a competição e a concorrência, significando “um passo a mais rumo a sua privado-mercantilização” (SGUISSARDI, 2020, p. 191).

Apesar de o Future-se não ter passado de um projeto de lei, não sendo implementado nas universidades, o que se observou na UFC foi uma adesão aos valores do Future-se durante a gestão do reitor José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (2019-2023)¹², cuja agenda era prioritariamente voltada ao empreendedorismo e à inovação na Universidade.

Nesse período, foi possível observar um aprofundamento das relações entre a UFC e o setor empresarial, pois, na concepção do reitor, “é preciso fortalecer os vínculos entre os setores produtivos e a academia” (FIEC, 2020). No entendimento do reitor, é preciso tratar a gestão da Universidade como se trata a gestão de uma empresa. “Passei a cobrar resultados como cobrava no meu escritório de advocacia, a tratar a gestão da Universidade como se faz em uma empresa privada”, disse ele em entrevista ao Sistema FIEC em setembro de 2020 (FIEC, 2020).

Em sua gestão, a PROINTER, que havia sido criada em 2017, agregou a função de desenvolvimento institucional, passando a se chamar “Pró-Reitoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento Institucional”, conforme Provimento nº01/CONSUNI, de 07 de fevereiro de 2020 (UFC, 2020).

A adesão dessa nova função acrescenta novas atribuições à PROINTER, alinhadas ao Programa Future-se, tais quais: a) de institucionalizar as atividades de empreendedorismo; b) de prospectar e implementar a inovação; c) de buscar parcerias para a inovação social e tecnológica, em estreita parceria com a agência de inovação; d) de direcionar ações para o desenvolvimento da Instituição baseado nos eixos da Internacionalização, do Empreendedorismo e da Inovação (UFC, 2020).

Nessa gestão, também foi inaugurado o Condomínio de Empreendedorismo e Inovação da UFC em 27 de agosto de 2020, sob administração da PROINTER, com a finalidade de ser uma ponte entre empresas e pesquisadores, recebendo as demandas do setor produtivo (UFC, 2020).

Assim, observa-se, por meio da dinâmica institucional, que a política de internacionalização da Universidade vai sendo orientada cada vez mais para o mercado, em conformidade com a política do BM para a educação superior dos

¹² O Prof. Cândido Bittencourt de Albuquerque foi nomeado reitor da UFC pelo presidente Bolsonaro em agosto de 2019, mesmo tendo sido o candidato menos votado na consulta para reitor da UFC, quando obteve apenas 4,61% dos votos (G1, 2019).

países periféricos, suprimindo a ideia de uma internacionalização voltada à cooperação solidária, conforme proposto pela UNESCO (1998).

O que se observa é que o Future-se, ou a adesão a suas ideias, é resultado do aprofundamento da agenda neoliberal que descapitaliza as universidades e as induz a buscar recursos junto ao mercado, fazendo da internacionalização um meio para esse fim. Para Giolo, Leher e Sguissardi (2020), essas políticas constituem-se em risco à existência das universidades federais como instituições de educação superior estatais públicas, autônomas e não submissas ao mercado.

Os sentidos das políticas de internacionalização da educação superior na Universidade Federal do Ceará.

A análise do Programa CsF, criado no governo Dilma Rousseff (2011-2016), do PrInt, formulado no governo Temer (2016-2018) e do Future-se, proposto pelo governo Bolsonaro (2019-2022), possibilitou apreender como o neoliberalismo vai se apropriando das políticas de educação superior e conformando, de forma crescente e gradativa, as universidades públicas, tendendo a sujeitá-las às normas do mercado, como mostra o quadro 2:

Quadro 2: Análise dos Programas de Internacionalização (2011 a 2022)

Dimensões analíticas	Programa CsF	PrInt	Future-se
Objetivos	Propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência. (BRASIL, 2011)	Fortalecer a política de internacionalização das universidades e estabelecer e consolidar polos de excelência em termos de produção científica, tecnológica e acadêmica no Brasil. (BRASIL, 2017)	Dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. (MEC, 2019)

Crítérios de participação	- Aberto à participação de todas as universidades públicas e privadas; - Concessão de bolsas restrita a áreas específicas de conhecimento, voltadas às ciências exatas, engenharias e tecnológicas. (BRASIL, 2013)	- Universidades públicas tinha de participar de um processo seletivo; - Ter ao menos quatro Programas de Pós-Graduação (PPG) stricto sensu recomendados pela CAPES na Avaliação Trienal de 2013 e na Avaliação Quadrienal de 2017; - Possuir um Plano Institucional de Internacionalização; - Ter, no mínimo nota 4 em conceitos que variam de 3 a 7 em suas avaliações do MEC. (BRASIL, 2017).	- A adesão das universidades condicionada à celebração de um “contrato de resultado”, firmado com fundações de apoio, responsáveis por gerir os recursos repassados pela União; - Recebimento de recursos atrelado ao alcance de resultados estabelecidos por indicadores de desempenho. (BRASIL, 2020).
Conjuntura político-econômica brasileira	- Criado no governo Dilma Rousseff (2011-2016) em um modelo de Estado neodesenvolvimentista (SINGER, 2018). A partir do segundo mandato (2015-2016), adotou medidas neoliberais.	- Criado no governo Temer (2016-2018) em modelo de Estado ultraneoliberal, fundamentado no controle social absoluto pelo mercado e no Estado mínimo (PMDB, 2015) e marcado por políticas de ajuste fiscal, como o Teto de Gastos.	- Proposto pelo governo Bolsonaro (2019-2022) em um modelo de Estado neoliberal, militarizado e anticientífico, caracterizado como liberal na economia e o conservador nos costumes (CASTRO, 2018).

Fonte: Elaboração própria (2023).

Ao serem implementadas na UFC, observa-se como a Universidade foi, em distintos contextos políticos, ajustando-se para incorporar essas políticas e como essas foram se conformando à estrutura institucional da UFC, gerando o que Lejano (2012) denominou coerência institucional, como sintetiza o quadro 3:



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

Quadro 3: Análise da coerência institucional dos programas de internacionalização na UFC

Dimensões analíticas	Programa CsF	PrInt	Future-se
Contexto institucional da UFC	- Implementado na gestão do reitor Jesualdo Pereira Farias (2008-2015), cuja agenda de gestão era a expansão e interiorização da UFC.	- Implementado na gestão do reitor Henry de Holanda Campos (2015-2019), cuja agenda de gestão era o fortalecimento da internacionalização e aumento da qualidade dos cursos da UFC.	- Proposto da gestão do reitor Cândido Bittencourt de Albuquerque (2019-2023), cuja agenda de gestão era o empreendedorismo e a inovação da UFC.
Coerência Institucional (como a política foi incorporada na UFC)	- Sua implementação envolvia três setores na UFC: a Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e as coordenações de curso	- Criação da Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER); - Para participar do processo seletivo do PrInt, a UFC precisou elaborar um Plano Institucional de Internacionalização.	- A PROINTER assumiu a função de desenvolver o empreendedorismo e a inovação na UFC; - Houve maior aproximação com o setor produtivo, pois entendia-se que a UFC deveria ser gerida tal qual uma empresa.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Ao analisar as políticas de internacionalização elaboradas pelo governo federal a partir, articulando-as aos seus contextos político-institucionais, observa-se que a UFC vai dando novos sentidos à internacionalização da universidade à medida que vão mudando os contextos e os gestores, como ilustra a figura:

Figura 2: Sentidos da Internacionalização da UFC



Fonte: Elaboração própria (2023).

O Programa CsF foi lançado no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), um governo com características próprias de desenvolvimentismo, e que, em um segundo mandato, adotou medidas neoliberais, resultando em cortes no orçamento das universidades, tendo como objetivo capacitar estudantes em universidades estrangeiras consideradas excelentes. A participação era restrita a áreas de conhecimento voltadas às engenharias, tecnologias e ciências exatas, pois são áreas de interesse do capital (CHAUÍ, 2001).

O CsF começou a ser implementado na UFC em 2012, durante reitorado do Prof. Jesualdo Pereira Farias (2008-2015), cuja gestão foi marcada pela expansão e interiorização da UFC, resultado ainda das políticas sociais iniciadas no Governo Lula, a exemplo do Reuni. Na UFC, a implementação do CsF era responsabilidade da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI), vinculada ao Gabinete do Reitor, porém suas atividades também envolviam a Pró-Reitoria de Graduação, que cadastrava a mobilidade acadêmica no sistema da UFC, e as coordenações de cursos, responsáveis por deferir ou indeferir as candidaturas dos alunos candidatos.

Após crise política, que resultou no *impeachment* da presidente, em 2016, assume a presidência seu vice, Michel Temer (2016-2018), cujo programa de governo “Ponte para o Futuro” adota medidas ultraneoliberais, resultando em mais cortes na educação, bem como na extinção do Programa CsF. Nesse período, em 2015, o Prof. Henry de Holanda Campos (2015-2019) assumiu a Reitoria, cuja gestão foi marcada por inúmeras ações de internacionalização, a exemplo da criação da Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER).

Em 2017, após a extinção do CsF, a CAPES criou o Programa de Internacionalização das Universidades (PrInt), que diferentemente do CsF, não era aberto a todas as universidades e era restrito à pós-graduação. Dentre as 100 universidades que participaram do processo seletivo para receber recursos do Programa, foram selecionadas 36, por meio de critérios de produtividade, dentre elas a UFC. Para participar do processo seletivo do PrInt, a UFC precisou elaborar um Plano Institucional de Internacionalização, expandindo, assim, a política de internacionalização para todas as áreas da Universidade.

Em 2020, o governo Bolsonaro (2019-2022) lançou o Programa Future-se, que tinha como um de seus eixos a internacionalização. O Programa teria como finalidade, segundo o MEC (2019), dar maior autonomia financeira às universidades, que teriam de captar recursos na iniciativa privada, os quais seriam geridos por fundações de apoio.

Mesmo sem ter sido implementado, no âmbito da UFC, o que se viu foi uma adesão aos princípios do Future-se durante a gestão do reitor Cândido Bittencourt de Albuquerque (2019-2013), a partir de uma maior aproximação com o setor produtivo. Como desdobramento, em 2020, a PROINTER assumiu a função de desenvolver ações de empreendedorismo e inovação.

Assim, por meio da descrição analítica dos três programas de internacionalização, observa-se que as políticas de internacionalização formuladas pelo Estado brasileiro apontam para uma tendência de subordinação da educação superior à agenda de ajuste do Estado neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das políticas de internacionalização da educação superior formuladas pelo Estado brasileiro nos últimos anos, este artigo buscou mostrar como o neoliberalismo tende a conformar gradativamente as instituições federais de ensino superior (IFES), submetendo-as às normas do mercado, tendo como *locus* de análise a Universidade Federal do Ceará.

Ao contextualizar as influências da política neoliberal ocorrida na educação superior a partir de 1990, observou-se a perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e a consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas (SOUSA SANTOS, 2011),

induzindo as universidades públicas a se aproximarem da iniciativa privada na busca de captação de recursos, conforme orientações do Banco Mundial.

Nesse contexto, o Estado brasileiro, em diferentes governos, passou a promover políticas de internacionalização sob a justificativa de promover o desenvolvimento e crescimento econômico do país por meio da ciência, da tecnologia e da inovação, áreas consideradas forças produtivas à serviço do capital (CHAUÍ, 2001), a exemplo do Programa CsF, criado no governo Dilma Rousseff (2011-2016), do PrInt, criado no governo Temer (2016-2018), e do Future-se, proposto pelo governo Bolsonaro (2019-2022).

Amparados no paradigma hermenêutico de análise de políticas públicas e na noção de coerência institucional, desenvolvido por Lejano (2012), buscou-se situar esses programas em um contexto específico, a UFC, o que possibilitou conhecer como esta universidade foi institucionalmente se ajustando e se conformando para aderir a essas políticas, modificando não somente suas estruturas organizacionais, mas sobretudo os sentidos atribuídos à internacionalização.

Este estudo possibilitou descortinar um projeto que vem se consolidando no país, originado nos interesses de organismos internacionais como a OMC e o Banco Mundial, que consiste no uso do conhecimento produzido nas universidades, especialmente o tecnológico, para fortalecer a lógica do sistema capitalista. Nesse projeto, em que a UFC não está alheia, a internacionalização torna-se um instrumento para atender aos interesses do capital.

Ao se refletir sobre o porquê e para que internacionalizar, questiona-se em que medida esses programas de internacionalização têm contribuído para a superação das condições de dependência a que os países latino-americanos estão submetidos.

À guisa de conclusão, registra-se que as discussões analíticas sobre as políticas de internacionalização das universidades aqui propostas não pretendem apenas evidenciar esse projeto de neoliberalização da educação superior, mas abrir os horizontes para que se possa compreender o que está nas entrelinhas, especialmente de uma política pública, cuja formulação é orientada por intencionalidades e interesses; é trazer elementos teóricos e analíticos para o entendimento dessa mudança de sentidos que a internacionalização assume no contexto neoliberal, pois essa mudança é apenas uma tendência e não uma realidade acabada, pois ao mesmo tempo

em que se institui, pretendendo ser hegemônica, é reveladora de tensões e resistências.

Nesse sentido, este artigo buscou trazer um olhar mais aprofundado sobre a instituição de ensino superior onde nos situamos, sobre suas dinâmicas e práticas de gestão da internacionalização da educação superior, pois como argumentam Pavarina et al (2021), a internacionalização é um chamado para olhar para si mesmo e para compreender o papel que se deseja desempenhar no cenário mundial, sendo necessário, como desdobramento, desenvolver outras pesquisas que analisem como essas políticas são ressignificadas e modificadas pelos sujeitos ao serem colocadas em prática no *locus* universitário, o que Rodrigues (2008) e Gussi (2008) compreendem por trajetória institucional da política.

Como desafio, este artigo nos instiga a analisar a emergência de caminhos alternativos de internacionalização, que contribuam para a promoção do desenvolvimento em bases solidárias e não exploratórias, e que se adequem à realidade social de cada instituição de ensino superior, considerando suas particularidades, cultura, identidades e valores, que fortaleçam a educação superior como um bem público e um direito de todos.

REFERÊNCIAS

- Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Andifes e os rumos das Universidades Federais**. ANDIFES, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Livro-ANDIFES.pdf>. Acesso em 26 ago. 2023.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior** - Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1994. Disponível em: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Internacionalização da educação superior: instituições e diplomacia do conhecimento. *Sociologias* [online]. 2020, v. 22, n. 54, pp. 22-44. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-104425>>. Epub 31 Ago 2020. ISSN 1807-0337. Acesso em: 28 out. 2023.
- Bolsonaro nomeia candidato menos votado em consulta pública como novo reitor da Universidade Federal do Ceará. **G1**, 19 de agosto de 2019. Disponível em:



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/08/19/bolsonaro-nomeia-nome-menos-vota-do-em-consulta-publica-como-novo-reitor-da-universidade-federal-do-ceara.ghtml>. Acesso em 27 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Seçãoid=30192. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. **Relatório nº 21- CCT, 2015**. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática: Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3789268&disposition=inline>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF, dez, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 23 abr. 2018.

BRASIL. **Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras**. Disponível em: <http://csf-adm.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em: 09 Out. 2022.

BRASIL. Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/o-que-e>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de **regulamentação do Programa Ciência sem Fronteiras e de anúncio de chamadas públicas para bolsas de estudo no exterior**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-regulamentacao-do-programa-ciencia-sem-fronteiras-e-de-anuncio-de-chamadas-publicas-para-bolsas-de-estudo-no-exterior-brasilia-df>. Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em 25 abr. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2018**. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. Brasília, DF, nov 2018. Disponível em:
https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19400907/do-1-2017-11-08-portaria-n-220-de-3-de-novembro-de-2017-19400854. Acesso em 28 mai 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Brasília, DF, 2020. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em 02 jul 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Brasília, DF, 2020. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em 13 jan. 2023.

COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Programa Ciência sem Fronteiras terá novo foco. **CAPES**, 26 de julho de 2016. Disponível em:
<http://www.CAPES.gov.br/pt/36-noticias/8052-programa-ciencia-sem-fronteiras-tera-no-vo-foco-com-objetivo-de-beneficiar-alunos-mais-pobres>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Estado e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. In: **Repositório Institucional UFC**, 2002. Disponível em:
http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26475/1/2002_art_ampcarvalho.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

CASTRO, Felipe Araújo. Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil. **Justificando**: 06 de novembro de 2018. Disponível em:
<http://www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/>. Acesso em: 08 jul. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 4, n. 3, 1999. Disponível em:
<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 14 ago. 2021.

CIÊNCIA Sem Fronteiras chega ao fim por falta de dinheiro. **G1**, 04 de abril de 2017. Disponível em:
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/04/ciencia-sem-fronteiras-chega-ao-fim-por-falta-de-dinheiro.html>. Acesso em: 28 maio 2019.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

COSTA, Camila Furlan da; GOULART, Sueli. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 3, p. 396–409, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/65788>. Acesso em: 27 ago. 2023.

DE WIT, Hans. **Repensando o conceito da internacionalização**. UNICAMP, 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao> Acesso em 20 abr. 2022.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. Por uma nova Universidade Federal do Ceará. In: Publicação do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Ceará. **FIEC**, 2020. Ano XIII, nº 136, Set 2020, p.44-52.

GARCIA, Márcia Monalisa de Moraes Sousa. **Trajetórias da Internacionalização da Universidade Pública**: avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras à luz da experiência da Universidade Federal do Ceará. 2020. 223f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se**: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado / Jaime Giolo, Roberto Leher, Valdemar Sguissardi ; ilustrado por Rafael Leme. - São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020.

Governo volta a bloquear recursos de universidades federais. **ANDIFES**, 05 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=95082> Acesso em 23 ago 2023.

HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization**: From concept to action. Washington, DC: NAFSA: Association of International Educators, v. 44, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. [online]. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 17 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2002**. [online]. Brasília: Inep, 2003. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 17 abr. 2019.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas públicas**: a fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior. **MEC**, 22 de julho de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em 19 set. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Reitor da Federal do Ceará é reconduzido por mais 4 anos. **MEC**, 02 de outubro de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18126-reitor-da-federal-do-ceara-e-reconduzido-por-mais-4-anos>. Acesso em: 10 set. 2023.

O fim do Ciência sem Fronteiras depois de R\$ 13 bilhões investidos em bolsas no exterior. **SBPC**, 2017. Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/o-fim-do-ciencia-sem-fronteiras-depois-de-r-13-bilhoes-investidos-em-bolsas-no-exterior/#:~:text=Dados%20compilados%20pela%20Cap%20es%20mostram,encerrarem%20todas%20as%20bolsas%20vigentes>. Acesso em 20 ago 2023.

PAVARINA, Paula Regina de Jesus Pinsetta; LAISNER, Regina Claudia; ABBA, Maria Julieta; Elías, Silvina; STRECK, Danilo Romeu; KORSUNSKY, Lionel. "Universidad, internacionalización, regionalización: notas para la línea editorial y presentación". **Revista REDALINT**. Universidad, Internacionalización E Integración Regional, 1(1), 5–13, 2021. Disponível em: <https://revele.uncoma.edu.ar/index.php/redalint/article/view/3086>. Acesso em 26 ago 2023.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma Ponte para o Futuro**. 29 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PERROTA, Daniela. La internacionalización fenicia y la internacionalización solidaria: una contribución analítica para problematizar este fenómeno complejo. In: La internacionalización de la universidad: debates globales, acciones regionales. Buenos Aires: IEC –CONADU. Universidad Nacional General Sarmiento, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

SILVEIRA, keilha Correia da. A Educação Superior no Brasil e a Reforma do Estado de Bresser Pereira. In: **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**. Presidente Prudente (SP), de 09 a 12 de outubro de 2015, ISSN 2175-8875. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/12/400.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SINGER, André. **O Lulismo em Crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SPELLER Paulo; ROBL Fabiane; MENEGHEL Stela Maria. **Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década**. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação superior no Século XXI**: visão e ação, Paris, 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 05 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Boletim nº 13, jul-ago., 1958. **UFC**, 1958. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/57809>. Acesso em 14 set 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Prof. Henry Campos assume exercício da Reitoria destacando continuidade. **UFC**, 20 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2015/6588-prof-henry-campos-assume-exercicio-da-reitoria-destacando-continuidade>. Acesso em: 21 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução Ad Referendum nº 17/CONSUNI, 08 de fevereiro de 2017, **UFC**, 2017. Disponível em: https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2017/resolucao17_consuni_2017.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Plano de Internacionalização da Universidade Federal do Ceará**. UFC, 2017. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/plano-internacionalizacao-ufc/plano-internacionalizacao-ufc.pdf. Acesso em: 21 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto Institucional Capes-Print**. **UFC**, 2018. Disponível em: <https://prointer.ufc.br/wp-content/uploads/2020/02/print-pt-site.pdf>. Acesso em 03 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Consuni aprova Plano de Internacionalização e institui comitê específico para a área. **UFC**, 2017. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2017/10184-consuni-aprova-plano-de-internacionalizacao-e-institui-comite-especifico-para-a-area>> Acesso em 03 dez. 2021.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2018, Base 2017**. UFC, 2018. Disponível em: <http://www.proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2018/12/anuario-estatistico-ufc-2018-base-2017.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Sede do Instituto Confúcio é oficialmente inaugurada na UFC; confira fotos e vídeo. UFC, 2019. Disponível em: <https://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2019/12799-sede-do-instituto-confucio-e-oficialmente-inaugurada-na-ufc>. Acesso em 25 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. CONSUNI: UFC aprimora estrutura da PROINTER para estimular empreendedorismo e inovação. **UFC**, 07 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/14278-consuni-aprova-reestruturacao-da-prointer-para-estimular-empreendedorismo-e-inovacao>. Acesso em 07 fev 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Provimento nº 01/CONSUNI**, de 07 de fevereiro de 2020. Altera o art. 28 do Estatuto da UFC e o art. 11, seção V, do Regimento da Reitoria, para dar nova estrutura e atribuições à Pró-Reitoria de Relações Internacionais. UFC, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Inaugurado Condomínio do Empreendedorismo e Inovação, ponte entre academia e setor produtivo. **UFC**, 2020. Disponível em: <https://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2020/14963-inaugurado-condominio-do-empreendedorismo-e-inovacao-ponte-entre-academia-e-setor-produtivo>. Acesso em 26 ago 2023.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Education Service – nota documental de la secretaria. 1998.

Submissão em 15 de setembro de 2023.
Aceite em 29 de outubro de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0
Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259558[2023]
**Dossiê Políticas públicas em Educação no
contexto da reestruturação do Estado na
última década do século XX**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259558>